

GDF busca os responsáveis por invasões

JOAQUIM FIRMINO

Fonseca quer tirar invasor de subterrâneo

Remover os desabrigados, desfazer esconderijos de marginais e lacerar as passagens de nível. Esta é a opinião do administrador do Plano Piloto, Paulo Fonseca, que quer acabar com as invasões das passagens subterrâneas da Asa Norte, contando para isso com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e outros órgãos do GDF.

A partir da próxima semana, Paulo Fonseca apresentará à SDS propostas para a remoção dos invasores das passagens subterrâneas. Segundo ele, hoje elas estão sendo usadas apenas como "morádias de desabrigados e esconderijos de marginais, o que provoca insegurança aos moradores da Asa Norte, que não as usam para travessia das pistas".

Porém esta não é a dificuldade principal. Para resolver este e outros problemas do Plano Piloto, Fonseca aguarda a decisão do projeto, em tramitação no Senado Federal, que autoriza o GDF a dar estrutura operacional e funcional à Administração (RA-I).

Apesar disto, algumas providências emergenciais já foram tomadas, tais como: solução, pela Terracap, do esgoto da QI-15 do Lago Sul, remoção dos caminhoneiros fretistas da QI-17 para QI-25 e QL-02, também do Lago Sul, e ainda cadastramento dos moradores das superquadras, visando à formação de prefeituras e associações comunitárias.



O governo acha que as famílias cadastradas estão sendo usadas por candidatos às eleições de outubro

Polícia retira do Guarã 65 famílias acampadas

A expulsão, no final da tarde de ontem, dos "sem teto" da QE 38, no Guarã, registra mais um capítulo na novela das invasões nas vizinhanças do Plano Piloto. O administrador regional da satélite, João Maciel, garante que as 65 famílias que estavam amontoadas nas 23 barracas de lona não deixarão de receber a assistência necessária, pelo menos as que comprovarem que efetivamente não têm lugar para ficar.

Ele esteve pessoalmente coordenando a saída dos "sem-teto" junto com um comando da Polícia Militar. E explicou que só estava cumprindo a sua parte no acordo com os invasores, evitando a violência dos policiais e garantindo um lugar no albergue para os mais necessitados. Maciel esclareceu que os "sem-teto" não cumpriram a sua parte no acordo, de deixar até a quarta-feira passada o acampamento à beira da rodovia. "Não sei o que está acontecendo, até ontem tínhamos combinado que eles sairiam espontaneamente. O que eu não posso é deixar de cumprir as determinações da secretária de Desenvolvimento", disse Maciel.

Segundo o administrador, o governador Wagner Wanderley Vallim determinou que fossem desarmadas todas as barracas que não têm autorização da administração do DF, para que se inicie a redistribuição dos lotes prevista para o final do mês. A

maioria dos invasores do Guarã está cadastrada na administração regional à espera de um lote e caracteriza a invasão como uma forma de vigília para garantir que não haja fraude na distribuição dos lotes restantes.

FRAUDES

Os "sem-teto" insistem em denunciar que vêm havendo fraudes na distribuição dos lotes, e por isso pretendem manter a vigília em tempo integral, procurando garantir que os realmente necessitados recebam o seu pedaço de terra. As evidências de fraudes vêm fazendo crescer o clima tenso entre os invasores. Eles acusam o presidente da Associação Comunitária Pró-Moradia dos Inquilinos do Guarã, Admir Wircylei Caldas, como um dos maiores responsáveis pelas irregularidades.

Num grande rol de denúncias que envolvem a distribuição de lotes na satélite, está a redistribuição de 56 lotes na mesma área onde ontem foram expulsas 65 famílias. Admir Caldas solicitou a Roriz, segundo algumas denúncias, a inclusão de 56 membros da diretoria da Associação Comunitária que não estavam entre os cadastrados, e que formaram beneficiados pelo ex-governador nos últimos meses de sua gestão. A denúncia foi comprovada gra-

ças a uma cópia de uma solicitação de Admir com o aval de Roriz. Os lotes cedidos ficam na área assegurada para os comerciantes. Segundo Klecius Oliveira, da comissão de sindicância dos moradores, hoje não apresentam nenhuma característica de comércio.

Enquanto isso, os "sem-teto" garantem que ficaram na área mesmo a céu aberto, à espera da garantia de receber um lote, numa posição de vigília permanente que envolve homens, mulheres e crianças. Estes são unânimes em afirmar que não são invasores, e que o movimento é de resistência às fraudes e também uma forma de pressionar o governador para a entrega imediata dos lotes.

A Secretaria de Desenvolvimento explica que a demora na redistribuição se dá inclusive pelas denúncias de irregularidades na distribuição dos primeiros lotes, e que precisa de tempo para poder apurar a veracidade das acusações, e colocar a administração do DF informada sobre o que foi feito até o momento na questão dos lotes das satélites. Enquanto isso o ex-governador Joaquim Roriz vêm mantendo visitas regulares aos moradores do Guarã II com o objetivo de acalmar os ânimos e fazer novas promessas de que os cadastrados receberão os seus lotes.

ELIANE DE OLIVEIRA

Às voltas com ameaças de invasões de lotes em vários pontos do DF — algumas já concretizadas, como a da QE 40, do Guarã — o GDF se prepara, agora, para identificar as lideranças comunitárias que estão à frente dos movimentos. Recomendação nesse sentido foi feita pelo secretário de Segurança Pública, Geraldo José Chaves. "Não há provas, apenas suspeitas", salientou.

A disposição de cercar os responsáveis por distúrbios surgidos no Programa de Assentamento, paralisado há mais de 45 dias, é mostrada também pela Comissão de Sindicância que apura, desde outubro do ano passado, casos de irregularidades na distribuição de lotes semi-urbanizados. O presidente do grupo de trabalho, delegado João de Deus Torres, comenta que "tem notícias do envolvimento de líderes comunitários" e promete apurá-los.

Num ano de eleições, quando se constata a existência de presidentes de associações de moradores e representantes de diversas entidades, candidatos a vagas, principalmente, na Câmara Legislativa, mais que pela ansiedade por um teto para morar, a equipe de assentamento teme, assim, como Geraldo José Chaves, que famílias cadastradas venham sendo utilizadas como massa de manobra.

Tal preocupação está presente em praticamente todos os setores envolvidos no Programa. Afinal, mexer com líderes comunitários não é bom negócio, pois estes representam milhares de pessoas, inscritas e classificadas como

inquilinos de baixa renda. Daí a necessidade de provas irrecorríveis.

Invasão de área pública ou privada é crime, conforme ressalta o secretário de Segurança Pública. No segundo caso, é necessário o requerimento de reintegração de posse. No primeiro, problema vivido pelo governo há vários anos, comprovada a figura do líder do movimento e dado flagrante, este é processado. Segundo o delegado Torres, da comissão de sindicância, a identificação dos responsáveis pelas irregularidades, especialmente a comercialização de lotes, poderá interromper uma situação de especulação imobiliária no Programa de Assentamento.

Iniciado no começo do ano passado, tendo como idealizador o ex-governador Joaquim Roriz, o Programa sofreu forte modificação em 11 de abril último. As associações de moradores perderam o poder decisório na seleção de cadastrados beneficiados com lotes semi-urbanizados. Hoje, apenas participam das comissões regionais das satélites, que incluem integrantes do GDF. A meta é distribuir, até o final do ano, perto de dez mil lotes.

Estudos sobre as medidas a serem tomadas contra tumultos na distribuição e invasão de áreas reservadas não são recentes. Mesmo no governo anterior auxiliares de Roriz reclamavam de algumas lideranças e ameaçavam divulgar listas nominais à imprensa. Não será surpresa se as tão faladas relações surgirem agora. Resta saber se haverá prejuízo para as famílias que aguardam lotes e se os verdadeiros responsáveis serão punidos de fato.

Sem-teto são obrigados a deixar Candangolândia

O governo do Distrito Federal vem demonstrando uma grande preocupação com os "invasores" de lotes nas satélites. Determinando desta forma ações periódicas com o apoio da polícia militar, a fim de erradicar esses moradores ilegais. Ontem foi a vez dos invasores de um terreno na Candangolândia.

Segundo Vivaldo Martins, Diretor Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, os 71 barracos estavam construídos em área pública, e por isso precisavam ser retirados o mais rápido possível, conforme determinações da Secretaria de Desenvolvimento Social. Vivaldo recebeu a garantia do Centro de Desenvolvimento Social do Núcleo Bandeirantes de que pelo menos 80 por cento dos irregulares tinham condições de se alojarem em outro lugar.

A expulsão dos invasores da Candangolândia foi realizada de forma pacífica com a participação de 50 homens da polícia militar e 40 homens da Terracap que desmontaram os frágeis barracos. As famílias resistiram somente à idéia de ficar hospedadas no albergue, reagindo com afirmações de que isso seria mais humilhante do que continuar morando nos paupérrimos barracos. "Não queremos sair de Brasília, aqui pelo menos a gente consegue comer. O nosso grande problema é com a moradia, mas quem sabe um dia com paciência, a gente não consegue um lote", confessou Maria Matilde da

Conceição, 54 anos, matriarca de uma família de dez pessoas, que invadiu a Candangolândia após ser expulso de um viaduto no Plano Piloto.

Com a vigilância silenciosa e irredutível dos policiais, muitas famílias reuniram seus pertences em carroças e saíram à procura de um novo lugar para morar. A família de João Batista Peres da Silva, 32 anos, mineiro, que reside há três anos no DF com quatro crianças e mais sua mulher Joana Moreira Silva, 22 anos, grávida de 8 meses, observava sem reação a ação dos funcionários da Terracap e dos policiais. João admite que pela sua total falta de perspectivas espera achar um lugar no albergue.

A área habitada pelo menos há um ano pelos invasores não possui esgoto e nem água encanada, mas meso assim é considerada um oásis para quem já estava acostumado a dormir pelos cantos da Rodoviária ou com alguma sorte em algum viaduto. Com todos os seus pertences jogados a céu aberto, um grupo de baianos, de Ilerê, garantiam que continuariam na área até que o governador Wanderley Vallim lhes apresentasse uma solução melhor. "A gente não tem para onde ir, tem muita gente que bastou chegar a polícia para sair correndo, mas nós não temos outra solução a não ser esperar por aqui mesmo, a não ser que nos deem o dinheiro para a passagem de volta, mas daqui a gente não sai não", garantiu Maria Madalena da Conceição, 30 anos.